

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

A presente cláusula tem sua vigência condicionada até a publicação de lei regulamentadora sobre o tema.

Cláusula Quinquagésima Quarta – Interpretação do instrumento coletivo

As partes convencionam que as disposições do presente instrumento e os casos omissos, serão interpretados e aplicados em conformidade com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.322.

Cláusula Quinquagésima Quinta – Penalidades

Fica estabelecida a multa equivalente a 30% de 01 (um) salário mínimo federal vigente, em favor da parte prejudicada, no caso de descumprimento das cláusulas da presente convenção coletiva de trabalho.

Cláusula Quinquagésima Sexta – Foro Competente

Fica eleito o foro da comarca de Maringá, Estado do Paraná, e o (TRT) Tribunal Regional do Trabalho, da 9ª Região, sediado em Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas, oriundas do presente instrumento.

Cláusula Quinquagésima Sétima – Assinaturas

Por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias, inclusive aos fins de registro e depósito junto à Delegacia Regional do Ministério do Trabalho do Estado do Paraná, facultando às partes o direito de requerer o registro e depósito.

Maringá, 10 de setembro de 2025.


SETCAMAR – Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Maringá
CNPJ: 84.781.236/0001-00, Matricula Sindical: 003.351.04326-2
Representante: **Afonso Akiochi Shiozaki, CPF: 143.295.229-34**


SINTTROMAR – Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Empresas de Transportes de Cargas, Passageiros, Urbanos, Motoristas, Cobradores de Linhas Intermunicipal, Interestadual e de Turismo de Maringá;
CNPJ: 79.147.450/0001-61 - Matricula Sindical:
Representante: **Ronaldo José da Silva, CPF: 240.343.209-15**

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

correspondente a 30,0% (trinta por cento) dos salários que teria direito até o término do contrato de trabalho, sem prejuízo da liberação da indenização do FGTS, estabelecidas no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto

As partes poderão prorrogar o contrato por até quatro vezes, sem que o mesmo transmude-se em contrato por prazo indeterminado e o tempo de prorrogação poderá variar quanto a sua duração independentemente do prazo pelo qual tenha sido inicialmente contratado o empregado, desde que não ultrapassado o prazo máximo de dezoito meses contados a partir da primeira contratação. No caso de prorrogação também deve ser encaminhado ao sindicato profissional cópia dos mesmos documentos que devem ser apresentados ao órgão regional do Ministério do Trabalho, conforme especificado no § 2º do art. 7º do Decreto 2.490/98.

Cláusula Quinquagésima Primeira – Câmara de Conciliação

As partes signatárias deste instrumento elegem o NITRANS – Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista do Transporte, nos termos da Lei 9.958/2000, como Câmara de Conciliação de toda a categoria, inclusive para ações de cumprimento, tanto para o profissional quanto para o patronal.

Cláusula Quinquagésima Segunda – Conciliação Prévia

Em qualquer hipótese, os empregados representados pelo sindicato profissional, antes do ajuizamento de reclamação trabalhista, procurarão solver amigavelmente as eventuais questões controversas, seja a que título for, que o obreiro alega ser de direito.

Parágrafo Primeiro

No caso de haver conciliação positiva, será paga à custa pelo empregador, estabelecendo-se alíquota de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor do acordo, que nunca deverá ser inferior a R\$137,00 (cento e trinta e sete reais) nem superior a R\$830,00 (oitocentos e trinta reais).

Parágrafo Segundo

O trabalhador somente poderá ingressar no Judiciário, para pleitear seus direitos, desde que a conciliação resulte infrutífera, devidamente comprovada através de documento hábil.

Parágrafo Terceiro

Cada parte será assistida por seu sindicato no ato da conciliação, podendo ser acompanhados por advogados de sua livre escolha.

Cláusula Quinquagésima Terceira – Tanque de Combustível

Fica expressamente acordado entre as partes que não haverá incidência de qualquer adicional de insalubridade ou de periculosidade ao motorista, ajudante ou qualquer empregado em razão da existência ou instalação nos veículos de transporte de cargas de tanques de combustível originais de fábrica, complementares ou auxiliares nos veículos, pois neste casos as partes reconhecem que não se trata de transporte de combustível, não se enquadrando, pois, na hipótese de incidência do fato gerador dos adicionais, conforme já explicitado na Norma Regulamentadora 16, item 16.6.1, que expressamente exclui da incidência o combustível utilizado para o consumo próprio do veículo, independente da capacidade dos tanques isolada ou conjuntamente, respeitado o disposto na Resolução do CONTRAN – 181/2005 (Art.2º § 2º) que determina como limite para a capacidade total dos tanques de combustível dos veículos automotores ao máximo de 1.200 (um mil e duzentos) litros.

Parágrafo Único

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

- b) As folgas deverão ser gozadas da seguinte forma:
- Acúmulo mínimo de 04 (quatro) horas;
 - Folgas coletivas a critério da empresa;
 - Folgas individuais negociadas entre o empregado e sua supervisão.
- c) As horas que não forem compensadas no período de um ano, serão pagas com os correspondentes adicionais, quando da rescisão de contrato, nos termos do artigo 59, parágrafo terceiro da CLT;
- d) As empresas deverão manter o quadro de débito ou crédito do saldo de horas, ou fornecer extratos mensais desse saldo aos funcionários;

Parágrafo Primeiro – A adoção do sistema de flexibilização da jornada de trabalho automaticamente rescindirará eventual acordo de compensação de jornada, se houver.

Parágrafo Segundo - A presente cláusula somente beneficiará as empresas que estiverem regularmente quites com as obrigações previstas na Cláusula Trigésima Nona - Taxa de Contribuição ao Fundo de Desenvolvimento Profissional, do contrário, os acordos individuais ou coletivos para a instituição do Banco de Horas serão considerados nulos de pleno direito, ressalvada hipótese prevista em Acordo Coletivo de Trabalho específico firmado com o sindicato profissional.

Cláusula Quinquagésima – Contrato Por Prazo Temporário

Na vigência do presente instrumento, fica autorizada a contratação de trabalhadores por prazo determinado, na forma estabelecida pela Lei 9.601/1998 e Decreto 2.490/1998.

Parágrafo Primeiro

As empresas que se utilizarem da modalidade de contrato referido pelo “caput”, encaminharão ao sindicato profissional, até 10 (dez) dias após o início da contratação, cópia dos mesmos documentos que devem ser apresentados ao órgão regional do Ministério do Trabalho, no caso de ter interesse na redução fiscal, conforme especificado no § 1º do art. 7º do Decreto 2.490/98, além de comunicar a média de seus empregados contratados por prazo determinado aduzida pelo § único do art. 3º da Lei 9.601/1998.

Parágrafo Segundo

A contratação por prazo determinado não poderá ser feita para substituição de empregados contratados por prazo indeterminado, devendo restringir-se aos percentuais elencados pelo art. 3º da Lei 9.601/1998.

Parágrafo Terceiro

No curso do vínculo de emprego por prazo determinado, os empregadores depositarão na Caixa Econômica Federal, a título de indenização, valor equivalente a 3,0% (Três por cento) do salário mensalmente pago aos empregados, que poderão ser sacados após o decurso do tempo ajustado para fluência do contrato.

Parágrafo Quarto

No caso de rescisão antecipada do contrato de trabalho, por iniciativa do empregador, ou no caso de rescisão indireta, comprovada judicialmente, será devido ao empregado uma indenização

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

Uma vez autorizado o desconto, individual ou coletivamente, o empregado em hipótese alguma poderá pleitear a devolução dos valores descontados, salvo se ficar demonstrado a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico.

Cláusula Quadragésima Sexta – Benefícios Adicionais e da não incorporação salarial

O Sindicato Profissional, como forma de incentivo às Empresas para instituírem mais benefícios indiretos a seus Empregados, pactua que todo e qualquer benefício adicional que as Empresas, espontaneamente já concedem ou vierem a conceder aos seus Empregados, tais como, convênios médicos, convênios odontológicos, funerários, de seguro de vida normativo (previsto na Lei nº 13.103/2015) e/ou seguro de vida facultativo, previdência privada, convênio alimentação, auxílio alimentação, auxílio educacional de qualquer espécie, clubes esportivos e de lazer, cesta de alimentos, reembolso de despesas, aluguel e direito de uso de veículo da Empresa para o trabalho, todos, sem exceção, terão caráter eminentemente indenizatório, não se integrando, portanto, para nenhum efeito, ao salário do empregado.

Parágrafo primeiro

As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

Parágrafo segundo

Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades, tais como, bonificações por atingimento de metas, por cumprimento de programas de redução de custos, ou pela participação em campanhas de marketing de incentivo.

Cláusula Quadragésima Sétima – Atendimento Médico e Odontológico

As empresas deverão oferecer condições para que seus empregados se utilizem dos serviços dos CAPIT e PATE (Sistema SEST/SENAT), mais próximo da empresa, onde são feitas consultas médicas e atendimento odontológico, mesmo durante horário de trabalho, de acordo com a disponibilidade de horários daqueles centros ou postos.

Cláusula Quadragésima Oitava – Acordos Coletivos de Trabalho

Tornar-se-ão nulos os acordos coletivos de trabalho que desrespeitem o art. 617, da lei consolidada, que obriga as empresas a darem ciência, por escrito, ao sindicato representante da categoria econômica.

Cláusula Quadragésima Nona – Banco de Horas

As empresas que pretenderem adotar o sistema de banco de horas – flexibilização da jornada de trabalho – art. 59, parágrafo 2º, da CLT, ficam desde já autorizadas, devendo para tanto fazer um acordo coletivo com o sindicato profissional da categoria.

Além da observação dos dispositivos de lei, a negociação coletiva deverá observar:

- a) A compensação não poderá ser estabelecida em proporção inferior a 1x1 no que se refere aos dias úteis e 1x2 no que se refere aos domingos e feriados.

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

Parágrafo Terceiro

A infração de trânsito cometida por fato decorrente do motorista é de sua exclusiva responsabilidade, inclusive o pagamento da multa e a defesa que se fizer necessária.

Parágrafo Quarto

As empresas ficam autorizadas a proceder ao desconto da multa de trânsito correspondente, nas situações previstas no parágrafo anterior, no salário do empregado infrator, na conformidade da lei; todavia este valor deverá ser devolvido se a multa for indevida por manifestação do órgão competente.

Cláusula Quadragésima Segunda – Contribuição Assistencial Patronal

As empresas integrantes da categoria econômica, representadas pelo SETCAMAR – Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Maringá, deverão contribuir com a importância de R\$2.205,40 (dois mil, duzentos e cinco reais e quarenta centavos), referente a cada estabelecimento, à título de Contribuição Assistencial Patronal, necessária à manutenção das atividades sindicais previstas no diploma consolidado. Este valor deverá ser recolhido no dia 10/09/2025, em conta definida pelo sindicato patronal que remeterá a guia de recolhimento. Em caso de não pagamento, a empresa estará sujeita a atualização monetária, juros de mora e eventuais despesas judiciais e honorários advocatícios necessários à cobrança do ora estipulado, que resta determinado por força de decisão da Assembleia Geral das empresas integrantes da categoria econômica.

Cláusula Quadragésima Terceira – Contribuição Confederativa Patronal

As empresas integrantes da categoria econômica, representadas pelo SETCAMAR – Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Maringá, deverão contribuir com a importância de R\$1.279,64 (um mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referente a cada estabelecimento, à título de Contribuição Confederativa Patronal, conforme previsto no art. 8º, inc. IV, da Constituição Federal. Tal valor deverá ser recolhido em 3 (três) parcelas iguais de R\$426,55 (quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos), com vencimentos para 10/09/2025, 10/12/2025 e 10/03/2026, sendo que a empresa que recolher até o vencimento receberá um desconto de R\$15,00 (quinze reais) sobre cada parcela. Em caso de não pagamento, a empresa estará sujeita a juros de mora e eventuais despesas judiciais e honorários advocatícios necessários à cobrança da hora estipulado, que resta determinado por força de decisão da Assembleia Geral das empresas integrantes da categoria econômica.

Cláusula Quadragésima Quarta – Adiantamento Salarial

As empresas poderão pagar até o dia 20 de cada mês o percentual de 40,00% (quarenta por cento) do salário do empregado, à título de adiantamento do salário mensal, mediante solicitação.

Cláusula Quadragésima Quinta – Benefícios

O transporte fornecido pela empresa, ou qualquer subsídio a esse título, tais como vale transporte, passagem, pagamento de quilometragem em veículo próprio do empregado, não integrarão o salário do empregado, nem gerarão quaisquer outros efeitos trabalhistas. Da mesma forma, não integrarão o salário e nem gerarão efeitos trabalhistas, o fornecimento de bolsa de estudos aos empregados que estejam cursando ensino superior, ou outros cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Parágrafo Único

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

MEMO CIRCULAR SRT/MTE N° 04 DE 20/01/2006, a seguir transcrita:” Para exercer o direito de oposição, o trabalhador deverá apresentar, no sindicato carta escrita de próprio punho, no prazo de 10 dias antes do primeiro pagamento e após o depósito do instrumento coletivo de trabalho na Superintendência do Ministério do Trabalho e Emprego no Estado do Paraná, e divulgação do referido instrumento pelo Sindicato profissional. Havendo recusa do sindicato em receber a carta de oposição, essa poderá ser remetida pelo correio, com aviso de recebimento”. PÁRAGRAFO TERCEIRO: Quaisquer divergências, esclarecimentos ou dúvidas deverão ser tratados diretamente com o sindicato profissional, que assume toda e qualquer responsabilidade em relação à cláusula.

Parágrafo Segundo

O desconto e o recolhimento da referida contribuição são obrigatórios, nos termos da Decisão do Supremo Tribunal Federal (tema 935) e precedente que diz: “É legítima a cobrança de contribuição assistencial imposta aos empregados indistintamente em favor do sindicato, prevista em convenção coletiva de trabalho, estando os não sindicalizados compelidos a satisfazer mencionada obrigação” (re189960-3, Relator Ministro Moreira Alves, 2ª Decisão Unânime, DJU 17.11.00, ata nr. 34). No mesmo sentido foram as decisões: TRT – PR – AA 0000/2001 ACORDÃO 08376/2002, RE – STF 222065- 1, 1ª T., RE-STF 220-7000-1, 1ª T.

Parágrafo Terceiro

Quando o empregado for admitido após a data de 01/11/2025, no primeiro mês de vigência do contrato de trabalho, será descontado 1 (um) dia do salário e recolhido ao sindicato profissional, à título de reversão salarial, salvo os que já tiverem sofrido este desconto, na vigência do presente instrumento. Depois de 6 (seis) meses, a empresa descontará mais 1 (um) dia do salário do empregado (segunda parcela), recolhendo esta importância em conta bancária da entidade sindical profissional.

Parágrafo Quarto

Fica estipulada a multa de 10,0% (dez por cento) do valor a ser recolhido, juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, mais atualização monetária, para os recolhimentos fora do prazo estipulado nesta cláusula.

Cláusula Quadragésima Primeira – Descontos Autorizados

Para os efeitos do art. 462, da CLT, as empresas poderão efetuar descontos na folha de pagamento, quando expressamente autorizados pelo empregado, a título de fornecimento de lanches, refeições, convênios com assistência médica e odontológica, mensalidade de associação recreativa de funcionários, caixa beneficente, farmácia, contribuição sindical e seguros.

Parágrafo Primeiro

Quando o motorista comprovadamente não observar os deveres contidos no art. 235-B da CLT, e havendo prejuízo patrimonial para a empresa, esta poderá efetuar os descontos de seu salário relativos à sua conduta, especialmente no tocante às infrações ao Código de Trânsito Brasileiro, independente de ser passível de penalidades (advertências e suspensão) onde a reiteração dessas inobservâncias poderá acarretar a dispensa por justa causa.

Parágrafo Segundo

A infração de trânsito cometida por fato decorrente do veículo é de responsabilidade da empresa, inclusive as penalidades, todavia, o empregado, antes do início de sua jornada de trabalho deverá fazer a checagem das condições do veículo, sob pena de ser responsabilizado pela infração cometida.

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

Parágrafo Sétimo

O sindicato patronal reconhece que, em caso de inadimplência, o sindicato profissional será legítimo credor dos créditos apurados perante a empresa devedora que deixar de cumprir essa obrigação financeira.

Parágrafo Oitavo

Ajustam as partes convenientes que as empresas que não estiverem regularmente quites com as obrigações previstas nesta cláusula não poderão se beneficiar das disposições das Cláusulas Décima Sétima (Intervalos Intra e Entre-Jornada) e Quadragésima Nona (Banco de Horas), conforme as disposições finais de cada cláusula.

Cláusula Quadragésima – Reversão Salarial

Conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária da categoria profissional, as empresas descontarão dos salários de seus empregados, beneficiados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, a título de reversão salarial, em favor do sindicato profissional conforme abaixo discriminado:

- A) 1 (um) dia de salário do mês de novembro de 2025, recolhido ao sindicato profissional até o dia 15/12/2025;
- B) 1 (um) dia de salário do mês de janeiro de 2026, recolhido ao sindicato profissional até o dia 15/02/2026.
- C) 1 (um) dia de salário do mês de novembro de 2026, recolhido ao sindicato profissional até o dia 15/12/2026;
- D) 1 (um) dia de salário do mês de janeiro de 2027, recolhido ao sindicato profissional até o dia 15/02/2027.
- E) As guias para o recolhimento da taxa de reversão salarial serão fornecidas pelo sindicato profissional.

Parágrafo Primeiro

Fica esclarecido que todos os trabalhadores beneficiados por este instrumento normativo, aprovado mediante autorização da Assembleia Geral Extraordinária da entidade profissional. Contribuirão com valor mensal a título de CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL, nos termos do artigo 8º, II, da Constituição federal, Artigo 513 da CLT, "e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias" MEMO CIRCULAR SRT/TEM N° 04 DE 20/01/2006 e na conformidade com a decisão do Supremo Tribunal Federal, a seguir transcrita: "Sentença Normativa - 'Cláusula relativa a Contribuição Assistencial – A turma entendeu que é legítima a cobrança de contribuição sindical imposta aos empregados indistintamente em favor do sindicato, prevista em Convenção Coletiva de Trabalho, estando os não sindicalizados compelidos a satisfazer a mencionada contribuição" (RE 180.960-SP Ministro Marco Aurélio – acórdão publicado no Diário da justiça da União, em 07/11/2000.) PARÁGRAFO PRIMEIRO: Diante da manifestação do Supremo Tribunal Federal e nos termos do Artigo 8º, II, da Constituição Federal, do Artigo 513 da CLT, "e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias", MEMO CIRCULAR SRT/TEM N° 04 DE 20/01/2006 ficam as empresas obrigadas ao desconto de 1% (hum por cento) conforme aprovado em assembleia geral da categoria profissional, do salário básico de cada trabalhador, mensalmente, recolhendo o total descontado em conta bancária do sindicato profissional, através de guia por este fornecida, conforme assembleia da categoria realizada no mês de novembro de 2008. PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica estabelecido o direito de oposição dos trabalhadores não associados, na forma da

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

As empresas ficam obrigadas a pagar refeição, aos empregados que laboram em serviços externos, com exceção de motoristas e ajudantes, nos dias em que houver expediente, no valor de R\$27,33 (vinte e sete reais e trinta e três centavos) cada uma, não se caracterizando de natureza salarial.

Parágrafo Único

Não se aplica esta cláusula ao motorista em viagem, já beneficiado pelo reembolso de despesas e/ou diárias, e aos empregados que recebem alimentação nas dependências da empresa.

Cláusula Trigésima Nona – Taxa de Contribuição ao Fundo de Desenvolvimento Profissional

As empresas ficam obrigadas a efetuar o recolhimento de 1,06% (um inteiro e zero seis centésimos por cento) do salário base de seus empregados acordados em convenção coletiva, até o dia 10 (dez) de cada mês, através de guia de recolhimento que será enviada pelo sindicato profissional, a título de Taxa de Contribuição de Desenvolvimento Profissional, sem efetuar desconto dos empregados.

Parágrafo Primeiro

Fica estipulado que, do valor a ser recolhido, serão acrescidos multa de 2,0% (dois por cento), juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, mais atualização monetária, para os recolhimentos efetuados fora de prazo estabelecido nesta cláusula.

Parágrafo Segundo

A presente cláusula resulta da vontade coletiva expressada na assembleia geral da categoria profissional realizada, além de ser comunicada através de edital e de boletim específico a todos os trabalhadores.

Parágrafo Terceiro

Os recursos serão arrecadados mediante cobrança bancaria e movimentados através da conta corrente da entidade sindical profissional, sendo a arrecadação e aplicação desses recursos devidamente contabilizados e submetidos à análise e aprovação do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral de Prestação de Contas da entidade e com publicação obrigatória do balanço geral contábil no diário oficial do Estado ou em jornal de circulação na base territorial do sindicato profissional.

Parágrafo Quarto

Todos os recursos arrecadados com base nesta cláusula serão aplicados na formação profissional dos membros da categoria, remuneração da estrutura operacional, em serviços assistenciais da entidade sindical profissional.

Parágrafo Quinto

Em observância a Convenção 98 da OIT, nenhuma interferência ou intervenção da empresa será admitida nas deliberações e serviços da entidade sindical profissional, assim como na aplicação dos referidos recursos financeiros originados desta cláusula.

Parágrafo Sexto

O sindicato profissional encaminhará com a necessária antecedência a ficha de compensação bancaria destinada ao recolhimento referido na cláusula, cabendo a empresa proceder ao recolhimento e remeter a relação de empregados associados e não associados do sindicato que originou o valor recolhido, recolhimentos até o dia 10 (dez) posterior a data do pagamento dos salários, com detalhamento do nome, função e remuneração respectiva de cada empregado, sob pena de multa de 10% (dez por cento), sem prejuízo da atualização monetária.

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

quaisquer direitos previstos em lei celetista, ou de quaisquer convenções coletivas já firmadas pelos sindicatos acordantes, independente da forma de pagamento.

Cláusula Vigésima Nona – Antecipação do 13º Salário

Será concedida antecipação da primeira parcela do 13º salário, por ocasião da concessão das férias, sempre que o interessado requerer por escrito, dentro do prazo legal.

Cláusula Trigésima – Aviso Prévio

Durante o prazo do aviso prévio, que não deverá ultrapassar 30 (trinta) dias, dado por quaisquer das partes, ficam vedadas as alterações nas condições de trabalho, sendo que à parte que der causa, responderá pelo pagamento do restante do aviso prévio.

Cláusula Trigésima Primeira – Feriados e DSR

Todas as horas trabalhadas em feriados e no seu descanso semanal remunerado serão pagas em dobro, desde que não seja concedida a folga compensatória dentro do mesmo mês em que ocorreu o feriado, garantindo sempre a folga semanal normal.

Cláusula Trigésima Segunda – Compensação de Jornada

Fica estabelecida que a critério da empresa, poderá ser compensada a jornada dos sábados, sendo que as horas desse dia, serão acrescidas na jornada diária da semana que se referir. Quando os sábados vierem a coincidir em feriados e não forem compensados, deverão ser remunerados, com o acréscimo de 50%.

Cláusula Trigésima Terceira – Serviço Militar

Fica assegurada a estabilidade provisória do empregado convocado para prestar serviço militar, a partir da efetiva convocação, até 30 (trinta) dias após a baixa.

Cláusula Trigésima Quarta – Trabalho em Dias de Chuva

No caso de trabalho em dias de chuva, em que o empregado estiver em áreas externas, sem proteção, ser-lhe-ão fornecidos por conta das empresas, equipamentos de proteção impermeáveis.

Cláusula Trigésima Quinta – Relação dos Empregados

As empresas deverão enviar aos sindicatos profissionais a relação dos empregados abrangidos pela contribuição sindical e pelas demais contribuições elencadas neste instrumento, com os respectivos dados dos empregados (nome, função, data de admissão, valor de salário e valor de recolhimento) até 15 (quinze) dias após o recolhimento de tal verba.

Cláusula Trigésima Sexta – Empregadas Gestantes

Às empregadas gestantes fica assegurada a estabilidade provisória de 60 (sessenta) dias contados após o término da licença maternidade.

Cláusula Trigésima Sétima – Assistência Médica

No caso de acidente, a serviço da empresa, que vitime o motorista ou ajudante fora da localidade de seu domicílio, as empresas se responsabilizarão pela assistência médica correspondente, bem como aquelas de transporte do empregado de retorno ao seu domicílio, excluído as empresas que mantenham benefício similar.

Cláusula Trigésima Oitava – Refeição em Serviço Externo

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

Parágrafo Quarto

Fica pactuado que o motorista empregado tem a obrigação de anotar de forma fidedigna, a Jornada de Trabalho efetivamente laborada, os Intervalos, o Tempo de Espera (observados os termos fixados no julgamento da ADInº 5.322 e o fixado na Cláusula Décima Quinta, Parágrafo Primeiro) e os Descansos Semanais, tampouco podendo alegar impossibilidade de fazê-lo.

Parágrafo Quinto

Os controles de jornada por qualquer meio, deverão ser conferidos e rubricados pelos empregados, acordando neste ato que haverá o prazo preclusivo de 15 dias para qualquer tipo de impugnação ou contestação de seu conteúdo, a contar da data da assinatura, a qual deverá ser feita por escrito e fundamentada.

Parágrafo Sexto

É dever exclusivo do Motorista o cumprimento dos intervalos de repouso e tempo de direção estabelecido na legislação e nesta Convenção. Não poderá o Motorista descumprir a pretexto de excesso de trabalho, ou outra alegação, ficando sujeito às sanções disciplinares, nos termos da CLT, em caso de descumprimento da obrigação contida neste parágrafo.

Parágrafo Sétimo

Fica ajustado entre as partes que os motoristas em viagem adotarão jornadas de horários flexíveis, de maneira que os horários de início e término do trabalho poderão variar de um dia para outro, a critério do motorista e/ou da necessidade do serviço. Entretanto, fica ajustado que o motorista em viagem deverá observar o limite máximo da jornada diária e semanal, previsto na Constituição Federal e Lei 13.103/2015. Quando o motorista em viagem trabalhar em regime de horas suplementares, será devido o adicional previsto neste instrumento.

Parágrafo Oitavo

Diante da jornada flexível prevista no caput, independentemente das variações que possam ocorrer de uma jornada para outra, fica ajustado entre as partes que a jornada semanal será sempre de 44 (quarenta e quatro) horas, não se aplicando aos motoristas em viagem a jornada reduzida prevista no art. 7º, inciso XIV da Constituição Federal.

Parágrafo Nono

Exclui-se do controle, os gerentes, assim considerados os que investidos de mandato em forma legal, exerçam cargos de gestão e, pelo padrão mais elevado de vencimentos se diferenciam dos demais empregados.

Cláusula Vigésima Sétima – Trabalho Externo

As partes signatárias da presente reconhecem que aos embarcadores, aplica-se a regra do art. 62, da CLT, em face das empresas não exercerem qualquer controle da jornada dos mesmos.

Cláusula Vigésima Oitava – Agregados

Entre o proprietário do veículo de carga e seus prepostos designados como motoristas que, agregasse ou agregou-se a uma empresa de transportes para realizar, com seu veículo, operação de transportes de cargas, assumindo os riscos ou gastos da operação de transportes, tais como combustível, manutenção, peças, desgaste, avaria do veículo, e as empresas representadas pelo sindicato patronal, não haverá, em hipótese alguma, relação de emprego, na acepção legal do termo, não podendo, referido proprietário de veículo ou motoristas designados, beneficiarem-se de

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

O motorista zelará pela conservação do veículo que lhe for confiado, devendo comunicar imediatamente a empresa sobre quaisquer defeitos ou avarias.

Cláusula Vigésima Primeira – Mensalidades Sindicais

A empresa descontará em folha de pagamento o valor da mensalidade sindical profissional, desde que autorizado pelo empregado, recolhendo mensalmente ao sindicato profissional, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente a que se referir o desconto.

Cláusula Vigésima Segunda – Férias

As férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

Cláusula Vigésima Terceira – Férias Proporcionais

Aos empregados com menos de 1 (um) ano de serviço que pedirem dispensa do emprego, é assegurado o direito à percepção de férias proporcionais, desde que contem com mais de 6 (seis) meses de serviço.

Cláusula Vigésima Quarta – Casamento e Luto

As empresas concederão aos empregados, 3 (três) dias úteis de licença remunerada nos casos de casamento e 3 (três) dias corridos no caso de falecimento dos pais, irmãos, filhos e cônjuge ou companheiro.

Cláusula Vigésima Quinta – Cartão Ponto

Os cartões-ponto e outros controles deverão refletir a jornada efetivamente trabalhada, ficando vedada a retirada dos mesmos para o registro por outra pessoa que não seja o titular do cartão-ponto. As horas extras deverão ser obrigatoriamente registradas no mesmo controle que registra a jornada normal.

Cláusula Vigésima Sexta – Controle de Jornada de Trabalho – Controle de Tempo de Direção

A Empresa deverá utilizar-se de meios fidedignos para o controle da Jornada de Trabalho dos empregados, inclusive dos Motoristas, podendo empregar meios eletrônicos idôneos instalados nos veículos, ou ainda, diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, nos termos do § 3º do art. 74 da CLT, comprometendo-se os Motoristas ao correto preenchimento.

Parágrafo Primeiro

O empregado é responsável pela guarda, preservação e exatidão das informações contidas nas anotações em diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, ou no registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, normatizados pelo Contran, até que o veículo seja entregue à empresa.

Parágrafo Segundo

Os dados referidos no parágrafo anterior poderão ser enviados a distância, a critério do empregador, facultando-se a anexação do documento original posteriormente.

Parágrafo Terceiro

Aplicam-se as disposições deste artigo ao ajudante empregado nas operações em que acompanhe o motorista.

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

além da duração máxima de 02 (duas) horas destinadas a tal fim e, nos termos do aprovado pela Assembleia Geral dos Trabalhadores do Sindicato Obreiro que autorizou a celebração desta Convenção Coletiva de Trabalho, a reduzi-lo ou prorrogá-lo de conformidade com a PORTARIA Nº 1.095, DE 19 DE MAIO DE 2010, do Ministério do Trabalho e Emprego e § 5º, do artigo 71, da CLT, com a nova redação dada pela Lei nº 13.103/2015, bem como a fracioná-la de acordo com este mesmo § 5º, do artigo 71, da CLT, tratado pela Lei nº 13.103/2015.

Parágrafo Terceiro

É responsabilidade dos motoristas a paralisação dos serviços para descanso e refeição nos termos do artigo 235-B, inciso III da CLT.

Parágrafo Quarto

O descumprimento, pelo motorista, do estabelecido na cláusula anterior desobriga a empresa de pagamento por eventual indenização por ele pleiteada a título de intervalos.

Parágrafo Quinto

As disposições da presente cláusula somente serão aplicáveis às empresas que estiverem regularmente quites com as obrigações previstas na Cláusula Trigésima Nona - Taxa de Contribuição ao Fundo de Desenvolvimento Profissional, do contrário, prevalecerão às disposições dos arts. 66, 67, 68, 70 e 71, todos da CLT.

Cláusula Décima Oitava – Descanso Semanal Remunerado

O descanso semanal, nas viagens de longa distância, com duração superior a sete (7) dias, pode ser usufruído no veículo ou em alojamento do empregador, do contratante do transporte, do embarcador ou do destinatário, ou em outro local que ofereça condições adequadas. O veículo em condições adequadas previsto neste parágrafo, conforme legislação própria, deve possuir uma cabine com cama.

Cláusula Décima Nona – Adicional Noturno

O trabalho noturno das empresas, assim considerado aquele prestado entre as 22h00min (vinte e duas horas) e 5h00min (cinco horas), será remunerado com acréscimo de 20% (vinte por cento), sobre a hora normal, ficando certo que no referido período, cada hora corresponderá a 52min30seg (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

Cláusula Vigésima - Motorista – Obrigações

O motorista empregado tem o dever de cumprir os termos da Lei nº 12.619/2012 (com as alterações da 13.103/2015) pertinentes às regras do Código de Trânsito, cumprir os períodos de descanso e intervalos, bem como proceder as anotações de papeletas, diários de bordo, ou outro meio adotado pela Empresa.

Parágrafo Primeiro

Fica proibido aos motoristas fazer-se acompanhar por terceiros em seus veículos (carona), sem autorização expressa do empregador.

Parágrafo Segundo

Ao motorista fica proibido de abastecer o veículo, e caso ocorra voluntariamente, em caráter excepcional e não rotineiro, não será devido adicional de periculosidade e ou insalubridade.

Parágrafo Terceiro

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

Parágrafo Segundo

Fica expressamente admitida a jornada de trabalho no regime 12x36 (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso) com apoio e nos termos do estabelecido no artigo 235-F, da Lei nº 13.103/2015, não havendo distinção entre o trabalho diurno e noturno, salvo quanto ao adicional para o trabalho noturno, na forma da lei.

Parágrafo Terceiro (EXTENSIVO A TODOS OS EMPREGADOS)

No regime de 12x36, os dias trabalhados nos domingos são considerados como dias normais, face à compensação da jornada, e não implicam acréscimo adicional ao salário, especialmente horas extras, salvo quanto ao adicional para a jornada noturna.

Parágrafo Quarto (EXTENSIVO A TODOS OS EMPREGADOS)

O retorno à jornada normal de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais não implica em alteração salarial.

Parágrafo Quinto

Nos termos do Artigo 235-C, *caput*, da CLT e em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal na ADI nº 5.322, para os motoristas, fica autorizada a realização de até 4h00 (quatro horas) extras.

Parágrafo Sexto

Nas viagens de longa distância, assim consideradas aquelas em que o motorista profissional empregado permanece fora da base da empresa, matriz ou filial, e de sua residência, por mais de 24h00, o repouso diário poderá ser feito no veículo ou em alojamento do empregador, do contratante do transporte, do embarcador, ou do destinatário, ou em outro local que ofereça condições adequadas. O veículo em condições adequadas previsto neste parágrafo, conforme legislação própria, deve possuir uma cabine com cama.

Cláusula Décima Sexta – Férias, 13º Salário e DSR

No cálculo para pagamento dos repousos remunerados (domingos e feriados), serão considerados as horas extras, comissões, prêmios, adicionais noturnos, bonificações, bem como outras verbas de natureza salarial habitualmente pagas.

Cláusula Décima Sétima – Intervalos Intra e Entre-Jornada

Em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal na ADI nº 5.322, o repouso diário do motorista e ajudante será de, no mínimo, 11 (onze) horas consecutivas.

Parágrafo Primeiro

Em viagens de longa distância, com duração superior a sete (7) dias, os intervalos poderão ser usufruídos nos veículos ou em alojamento do empregador, do contratante do transporte, do embarcador ou do destinatário, ou em outro local que ofereça condições adequadas. O veículo em condições adequadas previsto neste parágrafo, conforme legislação própria, deve possuir uma cabine com cama.

Parágrafo Segundo

As partes (empregados e empregadores) ficam autorizados, desde logo, a fracionar, reduzir e/ou prorrogar o tempo dos intervalos para descanso e alimentação, diferentes do mínimo de 01 hora e

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

As faltas justificadas, previstas em lei, deverão ser comprovadas à empresa, impreterivelmente, até dois dias após a sua ocorrência.

Cláusula Décima – Seguro de Vida

Em consonância com a Lei 13.103/2015 e art. 611-B, II, da CLT, ficam as empresas obrigadas a contratar seguro custeado pelo empregador destinado à cobertura de morte natural, morte por acidente, invalidez total ou parcial decorrente de acidente, traslado e auxílio para funerais referentes às suas atividades, aplicável aos trabalhadores regidos pela Lei 13.103/2015, no valor mínimo correspondente a R\$36.583,96 (trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos). Para os demais empregados, as empresas se obrigam a manter seguro de vida em grupo para todos os seus funcionários, devendo o benefício ser de, no mínimo, R\$17.591,60 (dezesete mil, quinhentos e noventa e um reais e sessenta centavos).

Parágrafo Primeiro

A escolha da seguradora ou corretora será feita pelo empregador, cabendo ao sindicato profissional apenas a fiscalização do cumprimento desta obrigatoriedade.

Parágrafo Segundo

A vigência do seguro de vida será contada a partir da admissão do funcionário na empresa contratante.

Cláusula Décima Primeira – Liberação de Dirigente Sindical

As empresas concederão licença não remunerada ao empregado eleito, na forma da lei, para o cargo de representação, durante a vigência do presente instrumento.

Cláusula Décima Segunda – Carta de Apresentação

As empresas fornecerão carta de apresentação a todos os trabalhadores desligados quando solicitada.

Cláusula Décima Terceira – Falecimento em Serviço

Ocorrendo falecimento de empregado em serviço fora da localidade de seu domicílio, competirá à empresa pagar as despesas de transporte do cadáver para sepultamento pela sua família.

Cláusula Décima Quarta – Auxílio Funeral

Competirá também à empresa, no caso de falecimento do empregado, mesmo no seu domicílio, pagar o valor de R\$1.518,71 (mil, quinhentos e dezoito reais e setenta e um centavos), à título de Auxílio Funeral, excluindo a empresa que possua benefício similar, independentemente daquele previsto na Lei 13.103/2015.

Cláusula Décima Quinta – Horas Extras e Jornada 12x36

As horas extraordinárias serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), com sua integração no cálculo de férias, 13º salário, aviso prévio, DSR e FGTS.

Parágrafo Primeiro

Nos termos do entendimento do Supremo Tribunal Federal na ADI nº 5.322, as horas em que o motorista profissional empregado ficar aguardando carga ou descarga do veículo nas dependências do embarcador ou do destinatário e o período gasto com a fiscalização da mercadoria transportada em barreiras fiscais ou alfandegárias, serão controladas e computadas na jornada de trabalho, para todos os fins de direito.

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

ultrapasse a 50% do valor do salário base, fica acordado que tais valores não se integram ao salário do motorista, para qualquer fim, tratando-se de parcela com natureza eminentemente indenizatória, dada a peculiaridade da atividade dos motoristas e ante a inegável finalidade da mesma.

Parágrafo Quarto

Com o reembolso ou com o pagamento das diárias e/ou reembolso das despesas com alimentação, encontra-se implícito a concessão pela empresa, do intervalo para as refeições e descanso previstos no art. 71, da CLT, cuja obrigação de gozo e escolha do horário é exclusivamente de responsabilidade do empregado motorista.

Parágrafo Quinto

Para empresas que optarem pelo pagamento de diárias de viagem aos seus empregados, fica estabelecido os mesmos valores do reembolso de despesas, podendo estes valores ser creditados por meio de adiantamento nas estradas, créditos em cartões, recibos, folha de pagamento, depósito bancário ou qualquer outro meio, não integrando a remuneração para nenhum efeito legal.

Cláusula Sexta – Acidente de Trabalho

É assegurada a estabilidade provisória de 12 (doze) meses, aos empregados acidentados no trabalho, após a cessação do auxílio doença acidentário, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.213/1991 e Decreto 2.172/1997.

Cláusula Sétima – Uniformes

Quando exigido o uso de uniforme ou equipamento para trabalho, as empresas deverão fornecê-los gratuitamente, até o limite de 02 (duas) unidades por ano, vedado qualquer desconto salarial a tal título.

Parágrafo Único

Na hipótese de não devolução por parte do empregado, quando da rescisão do contrato de trabalho, poderá a empresa reter o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da aquisição dos mesmos.

Cláusula Oitava – Comprovantes e Anotações

As empresas fornecerão a todos os seus empregados, envelope ou contracheque à época do pagamento, neles descritos as parcelas e os títulos a que se referirem, bem assim os descontos procedidos e a cota do FGTS.

Cláusula Nona – Atestados Médicos

Serão válidos os atestados médicos assinados por profissionais contratados pelo sindicato profissional, desde que haja convênio deste com o órgão previdenciário e garantido sempre a preferência legal nos casos de empresas que mantenham serviços próprios para fins de justificação à falta no serviço.

Parágrafo Primeiro

Os atestados médicos deverão ser apresentados ou comunicados à empresa ou ao serviço médico dessa, impreterivelmente, até dois dias após a sua emissão, com a possibilidade de envio, via WhatsApp, do atestado médico com posterior entrega da via física.

Parágrafo Segundo

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

| | |
|---|--------------|
| Escriturário | R\$ 1.848,89 |
| Auxiliar de Escritório | R\$ 1.848,89 |
| Vigia ou Guardião | R\$ 2.103,22 |
| Motoboy | R\$ 1.848,89 |
| Zelador / Serviços Gerais | R\$ 1.848,89 |
| Funções Não Identificadas – Piso Mínimo | R\$ 1.848,89 |

Parágrafo Primeiro

Desde que respeitadas às disposições da Lei nº 13.103/2015, notadamente no que se refere ao cumprimento integral de todos os horários de intervalos e descansos nela previstos, é permitida a remuneração do motorista sob a forma de comissão, bonificação ou premiação na medida em que tal forma de trabalho não comprometa a segurança rodoviária ou da coletividade.

Parágrafo Segundo

Considerando que a presente negociação coletiva de trabalho é válida por 02 (dois) anos os pisos salariais serão revisados na data-base 1º de maio de 2026, mediante negociação coletiva.

Cláusula Quinta – Reembolso de Despesas

Aos empregados em viagem fica assegurado a indenização e/ou reembolso de despesas diárias, devidamente comprovadas por documentos hábeis, quando o deslocamento assim o exigir, até R\$ 94,00 (noventa e quatro reais), por dia, devendo ser pago em adiantamento nas estradas, créditos em cartões, recibos, notas fiscais, folha de pagamento ou qualquer outro meio, não integrando a remuneração para nenhum efeito legal, limitados os reembolsos aos seguintes valores:

- Até R\$28,44 (vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos) para almoço;
- Até R\$28,44 (vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos) para jantar;
- Até R\$15,45 (quinze reais e quarenta e cinco centavos) para café;
- Até R\$21,67 (vinte e um reais e sessenta e sete centavos) para pernoite;

Parágrafo Primeiro

Ficam isentos de pagamento de pernoite os veículos que dispuserem de cabine com “cama”.

Parágrafo Segundo

Considerando a dificuldade dos motoristas obterem documentos contabilmente hábeis para comprovar suas despesas, as empresas poderão, a seu critério, substituir o reembolso de despesas ligadas à refeição (café da manhã, almoço e jantar) e pernoite, por DIÁRIAS, proporcional aos dias viajados, respeitados os valores indicados no “caput” dessa cláusula, mantendo-se sua natureza indenizatória, para todos os fins. Neste caso, os motoristas estarão liberados da prestação de contas.

Parágrafo Terceiro

Caso, em razão dessas dificuldades na obtenção dos comprovantes, a empresa opte em pagar a diária, sem a necessidade do motorista fazer a prestação de contas, mesmo que o valor mensal

Convenção Coletiva de Trabalho
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO
2025/2027

| Mês de Admissão | Proporção |
|-----------------|-----------|
| MAI/24 | 5,3200% |
| JUN/24 | 4,8767% |
| JUL/24 | 4,4333% |
| AGO/24 | 3,9900% |
| SET/24 | 3,5467% |
| OUT/24 | 3,1033% |
| NOV/24 | 2,6600% |
| DEZ/24 | 2,2167% |
| JAN/25 | 1,7733% |
| FEV/25 | 1,3300% |
| MAR/25 | 0,8867% |
| ABR/25 | 0,4433% |

Cláusula Quarta – Pisos Salariais

Ficam assegurados aos empregados, abaixo relacionados, a partir de 1º de maio de 2025, os seguintes pisos salariais:

| CATEGORIAS | SALÁRIOS |
|--------------------------|-----------------|
| Motorista de Carreta | R\$ 2.976,26 |
| Motorista de Bitrem | R\$ 2.976,26 |
| Motorista de Truck | R\$ 2.285,99 |
| Motorista de Toco | R\$ 2.133,68 |
| Operador de Empilhadeira | R\$ 2.133,68 |
| Demais Motoristas | R\$1.992,05 |
| Ajudante de Motorista | R\$ 1.848,89 |
| Conferente de Carga | R\$ 2.123,03 |
| Embarcador | R\$ 2.123,03 |

Convenção Coletiva de Trabalho

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS DE MARINGÁ E REGIÃO

2025/2027

Categoria Econômica:

SETCAMAR – Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Maringá
CNPJ: 84.781.236/0001-00, Matricula Sindical: 003.351.04326-2
Representante: Afonso Akioishi Shiozaki, CPF: 143.295.229-34

Categoria Profissional:

SINTTROMAR – Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Empresas de Transportes de Cargas, Passageiros, Urbanos, Motoristas, Cobradores de Linhas Intermunicipal, Interestadual e de Turismo de Maringá;
CNPJ: 79.147.450/0001-61 Matricula Sindical:
Representante: Ronaldo José da Silva, CPF: 240.343.209-15

As entidades acima mencionadas, representadas por seus presidentes, celebram a convenção coletiva de trabalho, composta por 57 (cinquenta e sete) cláusulas.

Cláusula Primeira – Abrangência e Vigência

A presente convenção coletiva de trabalho é celebrada para vigorar de 01/05/2025 a 30/04/2027, regulando as relações de trabalho entre os empregados e as empresas de transportes de cargas nos municípios de: Cafeara, Centenário do Sul, Cianorte, Doutor Camargo, Floresta, Guaporema, Guaraci, Iguaçu, Indianópolis, Itaguajé, Itambé, Japurá, Jussara, Lupionópolis, Mandaguacu, Marialva, Maringá, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Ourizona, Paiçandu, Paranacity, Paranapoema, Presidente Castelo Branco, Rondon, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São Jorge do Ivaí, São Tomé, Sarandi.

Cláusula Segunda – Correção Salarial

As empresas concederão um reajuste salarial a todos os seus empregados, na ordem de 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento), retroativo a 1º de maio de 2025, incidentes sobre os salários praticados em abril/2025.

Parágrafo Primeiro

As empresas poderão compensar quaisquer antecipações concedidas espontaneamente, no período de 01/05/2024 até a data da assinatura da presente convenção coletiva de trabalho, exceto aquelas negociadas com pelas partes signatárias na Convenção Coletiva de Trabalho de registro no MTE sob número PR001949/24 e vigente no período de 1º de maio de 2024 a 30 de abril de 2025.

Parágrafo Segundo

As diferenças apuradas na aplicação do reajuste supra serão pagas pelas empresas, o que poderá ser realizado em até 03 (três) parcelas, nas competências dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2025.

Parágrafo Terceiro

Na data-base de 1º maio de 2026, para a vigência 2026/2027, as partes fixarão, oportunamente, o reajuste de pisos, salários, benefícios e demais cláusulas econômicas, cujos índices serão negociados à época.

Cláusula Terceira

Os empregados admitidos após maio de 2024, terão os seguintes reajustes proporcionais: